



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

CURRÍCULO E DIVERSIDADE

O Currículo pode minimizar o *bullying* e o preconceito nas escolas?

Núbia Batista de Souza

Professora-orientadora Mestre Rita Silvana Santana dos Santos
Professora monitora-orientadora Mestre Givânia Maria da Silva

Brasília (DF), Junho de 2013

Núbia Batista de Souza

CURRÍCULO E DIVERSIDADE

O Currículo pode minimizar o *bullying* e o preconceito nas escolas?

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Mestre Rita Silvana Santana dos Santos e da Professora monitora-orientadora Mestre Givânia Maria da Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Núbia Batista de Souza

CURRÍCULO E DIVERSIDADE

O Currículo pode minimizar o *bullying* e o preconceito nas escolas?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Mestre Rita Silvana Santana dos Santos

(Professora-orientadora)

Mestre Givânia Maria da Silva

(Monitora-orientadora)

Mestre Liceros Alves Reis
(Examinador externo)

Brasília, 14 de junho de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus queridos pais, meus primeiros educadores e formadores, sem os quais eu não seria a pessoa que sou hoje.

Dedico também à minha única e estimada irmã que enfrentou comigo na nossa infância muitos dos males citados nesse trabalho. Agradeço por suas orações e fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que colaboraram para que a conclusão desse trabalho fosse possível – os entrevistados, meus colegas de profissão e todos os gestores que abriram as portas de suas escolas para que meu projeto se realizasse.

Por fim, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria conquistada com cada experiência que me levou até aqui.

*“A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu
Quem garante que Palmares se entregou?
Quem garante que Zumbi você matou?
Perseguidos sem direitos nem escolas
Como podiam registrar as suas glórias
Nossa memória foi contada por vocês
E é julgada verdadeira como a própria lei
Por isso temos registrados em toda história
Uma mísera parte de nossas vitórias
É por isso que não temos sopa na colher
E sim anjinhos pra dizer que o lado mal é o candomblé”*

(Música “Palmares”, composição de Alexandre Carlo Cruz,
banda Natiruts).

RESUMO

No início do ano 2011 a população brasileira se surpreendeu com uma proposta do Ministério da Educação de inserir nas escolas um material que ficou conhecido como “kit anti-homofobia” com a finalidade de ensinar as crianças e os jovens a respeitar a diversidade sexual. Após muito debate, fica a questão: É só isso que basta? Inserir um novo tema no currículo e fornecer materiais é o suficiente para acabar com o preconceito e o *bullying* nas escolas? A discussão sobre a questão da homofobia é mais recente, mas há dez anos a Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08 que regulamenta a importância dos estudos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Indígena, impôs às escolas que inserissem esses assuntos em seus currículos com o intuito de minimizar o racismo entre os alunos. A intenção deste trabalho é fazer uma avaliação da eficiência dessas medidas de inserção de temas relacionados à diversidade no currículo escolar. Embora muitos dados desse estudo possam ser relacionados às questões de homofobia e discriminação contra deficientes, obesos, índios, entre outros, a ênfase desse trabalho é o preconceito contra negros. A metodologia utilizada foi uma observação feita em duas escolas – uma pública e uma particular – e uma entrevista estruturada a diversos membros da comunidade escolar, ambas antecedidas por uma pesquisa bibliográfica sobre o currículo e a questão racial ao longo da história.

Palavras-chave: Currículo; Diversidade; *Bullying*; Preconceito.

ABSTRACT

At the beginning of the year 2011, Brazilian people were surprised by a proposition from the Ministry of Education of inserting a material acknowledged by “anti-homophobe kit” in schools, in order to teach children and teenagers how to respect sexual diversity. After a lot of debate, one question remains: Is that all it takes? Is it enough to end prejudice and bullying in the schools just insert a new topic in the curriculum and provide materials? The discussion about the homophobia issue is more recent, but a few years ago a Law number 10.639/03, altered later by the Law number 11.645/08, which regulates the importance of the studies about Native and Afro-Brazilian culture, imposed to schools the insertion of this topics in their curriculums with the objective to reduce the racism among students. The purpose of this paper is to evaluate the efficiency of these measures regarding the addition of diversity related themes into the school’s curriculum. Although many data from this study might relate to issues regarding homophobia and discrimination against people with disabilities, overweight, Native Americans, among others, the emphasis of this paper is the prejudice against black people. The methodology used was an observation in two schools – one public and one private – and a structured interview to varied members of the school community, both preceded by a bibliographical research about curriculum and the race cause throughout History.

Key-words: Curriculum; Diversity; Bullying; Prejudice.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

p.	Página
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Art.	Artigo
§	Parágrafo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FCP	Fundação Cultural Palmares
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
DECRADI	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância
DHPP	Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
MEC	Ministério da Educação
ProUni	Programa Universidade para todos
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
SOE	Serviço de Orientação Educacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVO GERAL	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
 CAPÍTULO 1 – O CURRÍCULO E A DIVERSIDADE NA LEI E NA HISTÓRIA	12
1.1 Currículo e Diversidade	13
1.2 Currículo e Diversidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	15
1.3 A Negritude na História	17
1.4 O Preconceito Racial na Lei	20
 CAPÍTULO 2 – O <i>BULLYING</i> E O PRECONCEITO NAS ESCOLAS	22
 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	25
3.1 Aplicação da Metodologia	27
3.1.1 A observação	27
3.1.2 A entrevista	29
 CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE RESULTADOS	34
 CONCLUSÃO	36
 REFERÊNCIAS	39
 APÊNDICES	40
1 Roteiro para as observações	40
2 Questões para as entrevistas	42

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas no Brasil foram marcadas, na área educacional, pela gama de discussões realizadas acerca do currículo das escolas brasileiras. A questão da diversidade cultural foi um destaque nessas discussões chegando a ressaltar que o então campo curricular valorizava certas culturas em detrimento de outras, como se uma fosse melhor que outra, ao invés de apenas diferente. Isso resultou em variadas propostas curriculares oficiais que chegaram às escolas quase de surpresa e que ainda hoje levam alguns docentes à dúvida. É verdade que a intenção da proposta é muito boa: fazer com que a criança e o adolescente entendam e respeitem a diversidade. Entretanto, anos após a inserção desses temas no currículo das escolas é possível observar que essa medida não surtiu muitos efeitos, ou pelo menos os efeitos esperados.

Há um Centro Educacional no Distrito Federal onde se observa muito preconceito contra os negros, os deficientes e os homossexuais. Há poucos meses ouviu-se de um aluno que “deveria ser proibida a entrada desses *viadinhos* na escola”. Os alunos vítimas desse tipo de colocação sofrem bastante com isso. Porém, como é possível que esses jovens preconceituosos tenham chegado ao Ensino Médio ainda com essa “mentalidade tão pequena”? Acaso não tiveram estudos sobre a cultura africana, sobre ética e cidadania? Não são temas integrantes do currículo de educação básica? Acaso não serviram para nada? Em cima de tudo isso ainda vem a questão da intimidação por motivo torpe, a relação abusiva mantida por qualquer tipo de vantagem sobre a vítima que fica indefesa diante de qualquer ataque, gerando medo, vergonha, pra citar apenas as consequências mais “leves”. Toda essa conduta ganhou mais destaque nas discussões educacionais porque recebeu uma nomenclatura relativamente nova: o *bullying* – essa palavra emprestada do Inglês para caracterizar algumas das ações previamente descritas e que ocorrem tanto nesse Centro Educacional como em todas as outras escolas do planeta.

Foi justamente essa situação que gerou o problema de pesquisa: uma mudança no currículo é suficiente para minimizar o preconceito e o *bullying* nas escolas? Existe algo verdadeiramente eficaz e capaz de provocar uma real mudança

no comportamento dos alunos mais violentos? Embora a homofobia tenha sido o pivô dessa pesquisa, o principal enfoque será o preconceito racial, uma vez que se trata de um problema já antigo e que, por essa razão, possui mais dados para serem avaliados. Isso não significa que os resultados aqui encontrados não possam ser relacionados a outros tipos de discriminação.

A principal justificativa para tal pesquisa é o fato dos alunos que são vítimas do preconceito estarem reivindicando seus direitos de serem respeitados e tratados como qualquer outro aluno semelhante. É necessário avaliar se as medidas de inserção de temas sobre a diversidade no currículo estão sendo eficazes uma vez que há um número crescente de vítimas de *bullying* nas escolas. Esse é um problema que muitas vezes se inicia por causa do preconceito, embora os dois não estejam necessariamente relacionados. Justamente por isso, essa pesquisa é importante: para buscar elementos para fomentar a discussão a respeito do problema do *bullying* e do preconceito nas escolas, uma vez que, à primeira vista, só as mudanças curriculares não são suficientes.

OBJETIVO GERAL

Investigar a eficiência das mudanças curriculares acerca da diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A.** Analisar o trato pedagógico em relação ao *bullying* e ao preconceito no cotidiano escolar, bem como a maneira que a escola lida com essas problemáticas;
- B.** Avaliar se os assuntos relativos à diversidade presentes nos currículos estão sendo efetivamente aplicados e se essa aplicação surte algum efeito na comunidade escolar.

O público-alvo dessa pesquisa são os principais membros da comunidade escolar – discentes, docentes, pais de alunos, gestores e coordenadores – de todas as escolas, públicas e particulares, do Brasil. Isso parece ser muito amplo, porém não há como delimitar. Todo aquele profissional que atua em uma escola, mesmo aqueles que não possuem contato direto constante com os alunos (exemplos: servidores, cozinheiros, vigias e supervisores administrativos) precisa estar a par do problema, pois qualquer um poderá vir a presenciar uma cena de preconceito ou *bullying* contra um aluno. A reação dessas pessoas diante de um fator tão traumático quanto esse pode afetar permanentemente o futuro dessas crianças e jovens – vide o caso do massacre¹ na Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro em sete de abril de 2011. Até quando os profissionais da educação e as famílias vão fazer vista grossa aos apelidos aparentemente inocentes (“é só brincadeira, coisa de criança”), aos insultos e até canções mal intencionadas com que crianças ofendem umas as outras deixando cicatrizes irreparáveis na vida de vítimas indefesas? É possível que alguns se calem por medo ou insegurança e não por negligência, mas de qualquer forma todos são educadores e devem impor o respeito à diversidade a fim de conquistar a paz nas escolas pelo predomínio dos direitos humanos, da ética e da cidadania. Não se trata apenas de inserir temas a mais no currículo; trata-se do poder que os profissionais da educação possuem de moldar o caráter de seres humanos.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de teoria (referenciados em uma pesquisa bibliográfica sobre temas relevantes para esse estudo) e dois seguintes de relatos da prática (a metodologia em ação e seus resultados). A união dessas informações levou à conclusão da pesquisa.

1 Ver a respeito em http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Realengo acessado no dia 18 de dezembro de 2012 às 09h15.

CAPÍTULO 1 – O CURRÍCULO E A DIVERSIDADE NA LEI E NA HISTÓRIA

O que é currículo? Quando se faz uma pergunta dessas, aparentemente simples, percebe-se que apesar de todos saberem o que é poucos conseguem definir. De fato, o sentido desta palavra é muito amplo. Pode-se então querer restringir para currículo escolar, por exemplo. Qual é então a definição de currículo escolar? Mais um conceito muito conhecido e difícil de ser definido, pelo menos com a mesma precisão do que de fato é ou deveria ser. Um conceito poderia dizer que currículo escolar é tudo aquilo que se aprende na escola. Trata-se de uma definição arriscada e apressada. Ao colocar que o currículo é o “que se aprende” (como acreditam alguns educadores) gera-se um paradoxo, pois há muitas coisas que são ensinadas por fazerem parte do currículo, mas não são necessariamente aprendidas pelos alunos. Além disso, faz-se necessário refletir sobre o gênesis dele: o que configura o currículo é o que se aprende na escola ou o que acontece na escola é que forma o currículo?

Essa última questão prefigura toda a tentativa de construção de um currículo escolar. É fato que existem saberes praticamente universais. Entretanto, também é óbvio que o currículo de uma escola brasileira não tem como se assemelhar ao currículo de uma escola paquistanesa, por exemplo. Mesmo dentro do Brasil há uma gama diversa de diferentes culturas que variam de uma região para outra. Por isso as atividades educativas escolares deveriam corresponder à ideia de que existem certos aspectos do crescimento pessoal que são considerados importantes para certa cultura e que não serão necessariamente importantes para outra. Isso indica que a construção do currículo ocorre (ou deveria ocorrer) de fora para dentro. São o mundo externo e os saberes da comunidade escolar que ditam (ou deveriam ditar) o que é trabalhado com os alunos de modo a alcançar o objetivo constitucional da educação: formar cidadãos conscientes para o mundo. Isso é muito bem colocado por Elvira Souza Lima (2007) que colaborou na elaboração do documento *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Eis um trecho do referido documento:

As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. (LIMA, 2007, p. 11)

Pouco a pouco vai se percebendo que não adianta saturar o aluno com conhecimentos que ele nunca irá usar na vida. Entretanto, os elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ainda não se deram conta disso. Os currículos continuam extensos a ponto dos professores terem que escolher os conteúdos mais significativos porque um ano não é suficiente para passar tudo, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Um professor de História comentou em um encontro² organizado pelas regionais de ensino do Distrito Federal que o currículo de História da 5ª série poderia ser trabalhado em um semestre, enquanto o currículo da 8ª série levaria três anos para ser trabalho em plenitude. E mesmo assim, cada vez mais assuntos são agregados ao currículo escolar. Como se não bastasse essa sobrecarga, os profissionais da educação ainda precisam moldar esses parâmetros de forma a torna-los mais atraentes e interessantes para os discentes. Outro fator de que nunca existirá um currículo único e universal, nem mesmo dentro de uma mesma escola. Ainda bem!

1.1 CURRÍCULO E DIVERSIDADE

A atual sociedade brasileira é variada, heterogênea, rica em diversidade histórica e cultural, diversidade essa que foi construída em cima das diferenças sociais existentes nesse país. Essas variáveis sociais devem, pois, fazer parte do processo educativo uma vez que, em sua complexidade, esse processo retrata a interação dialógica entre a escola e a vida. O desenvolvimento humano, o

2 Em Maio de 2013 as Regionais de Ensino do Distrito Federal promoveram vários encontros semanais de professores, separados por área de conhecimento, para debater o “Currículo em Movimento da Educação Básica”.

conhecimento e a cultura fazem parte da vida. No entanto, o que se tem atualmente (pelo menos na prática) são currículos que tratam apenas de oferecer informações. Existe um debate para a construção de um novo currículo que será de fato um projeto social que possibilite a todos aprender mais do que Ciências, Português e Matemática. Sendo o Brasil um dos países mais multi-étnico-culturais do mundo, é contraditória a adoção de propostas curriculares que busquem homogeneizar e silenciar as diversidades culturais. Por isso, a atual pesquisa busca encontrar pistas para tornar o currículo mais democrático e aberto para o diálogo com os diferentes saberes produzidos para além dos contextos escolares e acadêmicos, possibilitando o encontro de saberes e a ressignificação das práticas educativas e suas finalidades. Nilma Lino Gomes (2007) escreve:

Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas mais diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades. (GOMES, 2007, p. 9)

Essa é uma ideia entendida por todos os profissionais da educação. Entretanto, por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma terrível tendência nas diversas culturas, de um modo geral, de ressaltar como boas e / ou melhores os valores e conhecimentos que lhe são próprios, rejeitando assim tudo aquilo que causa estranhamento por ser diferente. A diversidade nem sempre é reconhecida como uma característica positiva da sociedade brasileira. Por isso, quem acredita que as narrativas contidas no currículo tratam os diferentes grupos sociais imparcialmente está enganado. As formas de vida e a cultura dos grupos considerados majoritários são normalmente valorizadas e instituídas como cânone, ao passo que as de outros grupos sociais são desvalorizadas e proscritas. Portanto faz sentido repensar a postura ética adequada para os tempos atuais. A filósofa e historiadora Marilena de Souza Chauí já abordou que a ética se transforma com o tempo e a história para responder às novas exigências da sociedade e da cultura, “pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo” (1998, p.20). Sobre isso, Gomes escreve que:

O ser humano se constitui por meio de um processo complexo: somos ao mesmo tempo semelhantes (enquanto gênero humano) e muito diferentes (enquanto forma de realização do humano ao longo da história e da cultura). Podemos dizer que o que nos torna mais semelhantes enquanto gênero humano é o fato de todos apresentarmos diferenças: de gênero, raça / etnia, idades, culturas, experiências, entre outros. E mais: somos desafiados pela própria experiência humana a aprender a conviver com as diferenças. O nosso grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor ou pior do que o outro. Na realidade, somos diferentes. (GOMES, 2007, p. 13)

Esse etnocentrismo, quando exacerbado, pode levar a práticas xenófobas e racistas. As escolas com seu dever de educar e formar cidadãos podem e devem intervir nessas práticas violentas. Contudo, não devem fazê-lo apenas como correção, mas sim, e principalmente, de forma preventiva. Ainda mais com toda a forma de diversidade que as escolas recebem atualmente. Dentro de uma mesma sala de aula encontram-se alunos com diferentes formas de ver o mundo, com valores diferenciados, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais e diferentes em gênero, idade e experiência de vida. A sensibilidade para a diversidade não é apenas uma questão pedagógica, mas também política. Lima (2007) apresenta que há uma demanda óbvia por um currículo que atenda essa universalidade presente não só nas escolas, mas na sociedade como um todo. Gomes complementa que “a escola é um espaço de sociabilidade para onde convergem diferentes experiências socioculturais, as quais refletem diversas e divergentes formas de inserção grupal na história do país” (2007, p.12). A inevitável convivência com o diferente já é algo salutar para a reeducação do arcaico olhar de superioridade. Dessa sorte, o aprendizado desse novo imperativo ético proporcionará a construção de relações pautadas no respeito, na igualdade social e na isonomia de oportunidades.

1.2 CURRÍCULO E DIVERSIDADE NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O atual mundo globalizado demanda que as diversidades culturais e sociais sejam trabalhadas em sala de aula. A Lei 9.394 de 1996, a famosa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê para os ensinos Fundamental e Médio o mínimo de 200 dias e uma carga horária de, ao menos, 800 horas por ano letivo

(Art. 24, I). O currículo dessas etapas da Educação Básica estipula uma base comum e uma parte diversificada. Na primeira, constam obrigatoriamente "o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil" (Art. 26, § 1º). Já na segunda podem ser incluídas disciplinas de livre escolha das escolas e dos sistemas de ensino, conforme os interesses e as possibilidades de execução. Não há delimitações temáticas para essa última parte: é possível optar por ministrar Geografia municipal, Dança de Salão, Informática, Língua Italiana etc. (Art. 26). No geral, as restrições são de ordem econômica e de disponibilidade de pessoal especializado, além do hábito de oferecer sempre as mesmas matérias, abrindo pouco espaço para novidades.

A lei supracitada sofreu outra alteração em quatro de abril de 2013, no título II que trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional, através da Lei 12.796. O artigo 3º sobre os princípios do ensino foi acrescido de mais um inciso: "XII - consideração com a diversidade étnico-racial". Isso dez anos depois da lei 10.639 que tornou obrigatório o estudo da história afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Talvez isso seja um indício de que somar ao currículo brasileiro o estudo sobre os afro-brasileiros e indígenas não seja suficiente para que esse assunto promova o respeito à diversidade étnico-racial. Isso gera um paradoxo, uma vez que muitas pessoas são racistas por pura ignorância, por não terem tido outras referências, outros conhecimentos senão àqueles mostrados pela mídia ou transmitidos por pessoas mais velhas, em geral familiares, com ideias e valores ultrapassados. Pessoas sem acesso às novas informações, às recentes descobertas da Genética, da Etnologia e da Antropologia que apontam o conceito de "raça" como indevido para diferenciar seres humanos. De acordo com o artigo³ *Juventude e Relações Étnico-raciais*, escrito pelos sociólogos Rodrigo Ednilson de Jesus e Juliana Batista dos Reis, não existem diferenças genéticas suficientes entre uma pessoa de pele escura e uma pessoa de pele clara para afirmar que elas pertencem a "raças distintas". Portanto, do ponto de vista genético, todos pertencem à raça humana e as diferenças fenotípicas entre as

3 Fonte: https://ufmgextensao.grude.ufmg.br/pluginfile.php/8146/mod_resource/content/4/05_01_03.html acessado em 28 de maio de 2013 às 20h15.

populações são, na verdade, resultado de lentos processos históricos de adaptações climáticas. Esse conhecimento pode até ser transmitido nas escolas brasileiras e, possivelmente, já está sendo. Porém, existe algo que ainda impede a diminuição dos casos de preconceito racial nas escolas.

1.3 A NEGRITUDE NA HISTÓRIA

Vale ressaltar que nenhuma identidade é construída no isolamento. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo é intermediado pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de suas ações. Ao longo da história, esse reconhecimento acabou marcando a ascensão das chamadas minorias sociais que hoje cobram uma postura diferenciada frente ao tratamento por eles recebido anteriormente. Os grupos humanos considerados diferentes estão se destacando cada vez mais nos mais variados aspectos, exigindo, assim, um tratamento justo e igualitário para desmitificar de uma vez por todas a ideia de inferioridade. Principalmente o que tange a questão racial uma vez que agora a população negra já não pode mais ser considerada “minorias” desde o Censo⁴ de 2008 em que 49,8% dos brasileiros se identificaram como pretos ou pardos. O mais surpreendente é que, apesar desse novo dado, o problema da desigualdade racial no Brasil ainda persiste – os negros continuam concentrados na base da pirâmide social mesmo depois de 130 anos da abolição. O sociólogo Rafael Guerreiro Osório faz uma análise interessante sobre essa questão em seu artigo *Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil*:

No momento da abolição, foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão oferecia à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante. Essa é a condição inicial. Para que os negros superem a desvantagem imposta por ela, é preciso que, a cada geração, percorram uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste. (OSÓRIO, 2008)

4 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm acessado no dia 16 de abril de 2013 às 19h25.

Talcott Parsons (1974), citado por Osório (2008) como o principal teórico do estrutural-funcionalismo, acreditava que o racismo era “um fator de atribuição de posição social incompatível com a racionalidade da sociedade moderna e destinado a desaparecer”. Esse pensamento “assimilacionista” acabou retardando o potencial transformador dos movimentos sociais negros ao afirmar que a transição para a modernidade por meio da industrialização, da democracia representativa liberal e da massificação da educação, iria aos poucos minar a problemática do preconceito racial. Apenas na década de 1980 que se percebeu, após intenso debate público, que só a atividade política dos negros poderia romper com o ciclo cumulativo⁵ de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos. Assim surgem os movimentos sociais enquanto sujeitos políticos querendo reivindicar, com toda a razão, seus direitos de isonomia e de igualdade na tentativa de acelerar o ritmo daqueles que ficaram para trás na corrida mencionada por Osório (2008). Como se não bastasse os quase quatro séculos de escravidão, tiveram ainda o obstáculo da teoria estrutural-funcionalista.

Quando, enfim, percebeu-se que era necessária uma intervenção pública para atuar no combate à discriminação e ao racismo, surgiram conselhos e órgãos de assessoria visando promover a participação da população negra, culminando com a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) – vinculada ao Ministério da Cultura – em 1988. A crescente luta dos movimentos sociais continuou gerando novos frutos: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), de 2003. Ambas foram espaços significativos e lócus de ações públicas federais, entre elas a criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) e a implementação da Lei 10.639/2003, já mencionada no capítulo anterior. Em 2006, criou-se a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI). Trata-se de uma unidade especializada do Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) para investigar delitos de intolerância ou crimes em razão do preconceito.

⁵ Observe essa abordagem sobre a teoria das desvantagens cumulativas ao longo da vida no estudo de Hasenbalg e Silva, 1988.

No Brasil, a polícia civil de São Paulo foi a primeira a ter essa unidade especializada – segundo a Secretaria de Segurança Pública desse Estado. O objetivo era investigar gangues que disseminavam o ódio e o preconceito contra negros, judeus, nordestinos e homossexuais, mapeando locais de ataque e repassando informações para intensificar o policiamento. De acordo com o balanço⁶ do último biênio divulgado pela DECRADI, o crime de injúria contra raça e etnia constituíram 46% dos inquéritos policiais instaurados em 2010, seguido de ocorrências contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) – 34% – e ocorrências durante partidas de futebol – 20%. Dessas ocorrências de injúria, 24% foram seguidas de lesão corporal dolosa.

Em 20 de março de 2013, véspera do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, foi lançado no Distrito Federal o Disque-Racismo. Este é um serviço de proteção aos direitos das populações negra, indígena, quilombola, cigana e ribeirinha, zelo e manutenção das religiões de matrizes africanas. O serviço funciona pelo telefone 156, opção 7, das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira. Nos outros horários dos dias úteis, fins de semana e feriados, o atendimento é feito por uma gravação. As ocorrências também podem ser registradas pelo e-mail ouvidoriaracial.sepirdf@gmail.com. Ao concluir a denúncia, a vítima receberá orientações para registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia com uma testemunha. A vítima ainda terá acesso a assistências jurídica e psicológica graças a uma parceria feita com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Nos últimos anos o maior debate acerca da ampliação de oportunidades sociais ocorre em torno do acesso ao Ensino Superior. Em 2001 universidades públicas começaram a adotar o sistema de cotas ou bonificações para promover o ingresso dos estudantes em seus cursos. Em 2004 o Ministério da Educação (MEC) estreou o Programa Universidade para Todos (ProUni) que fornece bolsas de estudo nas instituições privadas de Ensino Superior e causou um resultado significativo sobre o acesso de jovens negros a essas instituições. Em 2007 uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) identificou 38

⁶ Disponível em <http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/news/article.php?storyid=2449> acessado em 18 de abril de 2013 às 15h30.

instituições públicas de Ensino Superior adotantes de alguma modalidade de política para ingresso de negros nos cursos de graduação. Embora essas medidas sejam recentes o Movimento Negro vem tentando garantir o direito da população negra à educação desde a década de 1930. Todavia, os argumentos contra essas medidas afirmativas não mudaram tanto. Alega-se que a qualidade do ensino universitário ficará prejudicada por um baixo desempenho dos alunos cotistas e que a verdadeira causa da ausência de alunos negros nas universidades públicas federais é a deterioração do ensino público Fundamental e Médio.

Contra esses argumentos, as universidades apontaram que nas avaliações realizadas não se notavam diferenças significativas entre os alunos aprovados pelo sistema de cotas e os aprovados pelo sistema universal. De acordo com a Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 37 dos 71 cursos oferecidos pela mesma, as maiores notas na primeira fase do vestibular foram de alunos inscritos através do sistema de cotas. Em outras palavras, o sistema de cotas não elimina o mérito da instituição. Quanto à culpabilidade do ensino público nos níveis fundamental e médio, não há o que discutir. É inegável que o mesmo se encontra abandonado, ultrapassado, pobre, para dizer o mínimo. Entretanto, volta-se aqui à questão da corrida mencionada por Osório (2008) – os negros precisam percorrer uma distância muito maior em um prazo de tempo muito menor. Se a sociedade e as políticas públicas não colaborarem, a desigualdade irá perdurar por muitos séculos mais. Os negros já esperaram muito para ainda terem que aguardar a inevitável – mas sempre adiada – reforma do sistema educacional brasileiro. Há medidas que podem ser adotadas agora para promover a igualdade racial (como as mencionadas nos parágrafos supracitados), então, por que não adota-las? Quando se deixa de fazer o pouco para ficar à espera do muito, reduzem-se as chances de se ter um país com maior justiça social.

1.4 O PRECONCEITO RACIAL NA LEI

No Brasil, a primeira lei a incriminar a discriminação e o preconceito racial foi a Lei 1.390 aprovada em 3 de julho de 1951 e que ficou conhecida como Lei Afonso Arinos. Afonso Arinos de Melo Franco, nascido em 1905 e falecido em 1990 foi jurista, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais e autor da referida lei que

proibia a discriminação racial no país, fato esse que levou ao uso de seu nome para apelidar a mesma. Assim, de acordo com o artigo⁷ escrito por Fernando Rebouças para o periódico eletrônico “InfoEscola” (*sic*), a partir da aprovação dessa lei pelo então presidente Getúlio Vargas, nenhum estabelecimento comercial poderia, por exemplo, deixar de atender um cliente ou maltratá-lo pelo preconceito de cor, pois, o mal tratante e o responsável pelo estabelecimento estariam passíveis de processo de contravenção. Pelo mesmo motivo, nenhum hotel ou pensão poderia deixar de hospedar uma pessoa. Se isso ocorresse, o responsável poderia pegar de três meses a um ano de prisão. A recusa de compra e venda de mercadorias pela diferença de cor poderia, também segundo a lei, penalizar o responsável pelo ato de quinze dias a três meses de prisão. Em caso de preconceito racial praticado por um funcionário público, a pena prevista nesta lei era a perda do cargo para o funcionário e dirigente da repartição. Em caso de reincidências, o juiz podia autorizar o embargo ao estabelecimento público e privado.

A partir do final da década de 1980 levantou-se uma nova onda de iniciativas para combater a discriminação e o racismo por meio de sua criminalização. Nesse sentido, em 1985 foi promulgada a Lei 7437, conhecida como Lei Caó, que classificava o racismo como crime inafiançável e punível com prisão de até cinco anos e multa. Até então o racismo era enquadrado pelo ordenamento jurídico brasileiro como contravenção. A Constituição Federal de 1988 confirmou essa classificação no seu quinto artigo, inciso XLII: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. A lei que determinou esses termos foi a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Em 13 de maio de 1997 a Lei nº 9.459 acrescentou um novo parágrafo ao artigo 140 do Código Penal brasileiro que trata do crime de injúria: “§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena – reclusão de um a três anos e multa”. A pena para outros casos de injúria que não envolvem violência física é de um a seis meses de detenção *ou* multa. Segundo advogados⁸, a pena em um caso de racismo pode chegar a nove anos de prisão de acordo com as combinações de artigos.

7 Fonte: <http://www.infoescola.com/direito/lei-afonso-arinos/> acessado em 18 de abril de 2013 às 13h40.

8 Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/24/interna_gerais,307761/saiba-por-que-a-mulher-que-xingou-crianca-da-preta-horrorosa-respondera-por-injuria.shtml acessado em 18 de dezembro de 2012 às 10h35.

CAPÍTULO 2 – O *BULLYING* E O PRECONCEITO NAS ESCOLAS

Muitas escolas, em especial as públicas, demonstram preocupação com a violência que ocorre nos arredores da escola – roubo, tráfico, briga de gangues, etc. Entretanto, poucas escolas de um modo geral estão voltando seus olhares para a violência que ocorre dentro das mesmas. Um novo tipo de violência majoritariamente urbana: o *bullying*. Essa palavra emprestada do Inglês (*bully* significa valentão, brigão; não há tradução adequada para o Português) resume todo tipo de agressão que ocorre na comunidade escolar: xingamentos, humilhações, intimidações, ameaças, exclusões, difamações, opressões, chacotas e toda e qualquer forma de discriminação. Alguns especialistas⁹ classificam o *bullying* em: a) *bullying* psicológico – aquele em que uma ou várias pessoas consideradas mais populares excluem e difamam os considerados inferiores por serem diferentes, minando a autoestima dos mesmos; b) *bullying* verbal – o que se baseia em ameaças, provocações e ofensas; c) *bullying* físico – todo tipo de agressão física como chutar, bater, empurrar e até mesmo abuso sexual; d) *cyberbullying* – uma extensão do *bullying* verbal que envolve o envio de mensagens cruéis por SMS, e-mail, *sites* de relacionamento ou mesmo criando um *blog* ou uma página na internet com o intuito de difamar e menosprezar alguém. De um modo geral, todos esses tipos de violência sempre existiram no âmbito escolar. Entretanto, as descobertas de suas consequências (os traumas psicológicos que causam devido ao assédio moral e o reforço aos estereótipos) são relativamente recentes. Um grupo de pesquisadores do PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – relatou o seguinte sobre o *bullying*:

A necessidade de se conhecer e estudar esse fenômeno dentro da escola se reforça na medida em que a contínua exposição ao *bullying*, nos seus mais variados tipos, pode acarretar às vítimas problemas comportamentais e emocionais, destacando-se o estresse, a diminuição ou perda da autoestima, a ansiedade e depressão, o baixo rendimento escolar e até mesmo, em casos mais severos, o suicídio. (PeNSE, 2009, p. 15)

9 Fonte: <http://www.kidspot.com.au/schoolzone/Bullying-Definitions-of-bullying+4064+395+article.htm> acessado em 11 de abril de 2013 às 14h55.

Quando a comunidade escolar está informada e ciente do problema pode contribuir e apoiar as tomadas de decisão visando a prevenção desse fenômeno. Trata-se de um fato social que abrange a sociedade como um todo e não apenas o espaço escolar. Esse tipo de intolerância e preconceito ultrapassa os limites do ambiente escolar uma vez que suas consequências são severas em longo prazo. Sem mencionar o quanto tudo isso compromete a qualidade da educação. É inadiável a necessidade de atitudes sérias. A mesma pesquisa já citada em linhas pretéritas aponta que:

A escola é um espaço que reflete as violências presentes na sociedade em geral e na comunidade onde se situa, mas a escola também favorece o aparecimento de violências. No espaço escolar podem ocorrer diversas manifestações, como a violência física; a simbólica ou institucional e as micro violências, caracterizadas por atos de incivilidade, humilhações, falta de respeito. Estes fenômenos combinam-se e se reforçam mutuamente. (PeNSE, 2009, p. 17)

Como continuar ignorando toda essa situação? Quantos massacres em escolas como o ocorrido na escola de Realengo/RJ (fato já mencionado na introdução desse trabalho) serão necessários para que se tomem providências? O primeiro passo é sem dúvida conhecer o problema, estudar e pesquisar, entender as causas para esse fenômeno e assim, aprender como combatê-lo. A questão é que a percepção de violência nos atos de *bullying* nem sempre está clara para os envolvidos. Há que estipular os limites entre brincadeiras e maus-tratos. Ações de prevenção e controle do *bullying* se fazem urgentes enquanto não se tem uma posição política efetivada. Nessa tarefa, a escola necessita da ajuda não só dos agentes diretos da comunidade escolar, mas também daqueles que atuam fora dos muros da escola. Esse é um problema que afeta não apenas a saúde escolar como ainda a saúde pública. Potencializar o estudo para combater o *bullying* é promover uma melhor qualidade de educação para toda a sociedade.

Vale ressaltar que o preconceito e a discriminação podem não levar a um ato de *bullying*, embora seja o mais comum. Entretanto, essas ações igualmente desonrosas merecem ser mencionadas por estarem tão presentes quanto – ou mais

– nas escolas brasileiras. Enquanto o *bullying* se caracteriza por uma relação entre uma pessoa com mais vantagem que outra (ou que se acha com mais vantagem que outra e acaba por vencer devido à baixa autoestima da vítima), o preconceito e a discriminação podem não gerar nenhuma relação entre as duas partes. A vítima pode ser simplesmente ignorada, considerada inferior apenas por estar em desacordo com a maioria. Esse tipo de atitude está fortemente presente nas escolas não apenas entre os alunos, mas também pais, professores e funcionários. Basta ler os noticiários que relatam mensalmente as hostilidades cometidas principalmente contra negros e pessoas portadoras de alguma deficiência. O site de notícias “Estadao.com.br” divulgou em dezoito de junho de 2012 um estudo realizado em 501 escolas do país:

A principal conclusão foi de que 99,3% dos entrevistados têm algum tipo de preconceito e que mais de 80% gostariam de manter algum nível de distanciamento social de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. Do total, 96,5% têm preconceito em relação a pessoas com deficiência e 94,2% na questão racial. (IWASSO & MAZZITELLI. Escola é dominada por preconceitos, revela pesquisa. [online] Disponível na Internet via: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,escola-e-dominada-por-preconceitos-revela-pesquisa,389064,0.htm> acessado em 18 de dezembro de 2012 às 11h55).

Percebe-se que o racismo ainda é uma das formas mais “comuns” de preconceito, talvez por ser também a mais antiga. Alguns tratamentos discriminatórios contra negros chegam a defini-los como não totalmente humanos. Esse conceito é herdeiro indireto do pensamento vigente no final do século XIX e no início do século XX no Brasil, segundo o qual os modos de pensar, viver e se comportar de índios e negros eram resultados de suas características genéticas, ou seja, de suas raças. O mais triste é que, apesar das mudanças curriculares, não há melhoras significativas na mudança desse tipo de pensamento, nem mesmo dentro das escolas, como comprovam esses dados estatísticos. Consequentemente, crianças e jovens negros sofrem danos graves à sua autoimagem e autoestima.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Todo trabalho científico exige uma atenção especial à escolha dos métodos e técnicas que o levarão à prática. Cada investigação acadêmica traz em si necessidades específicas que levarão a uma determinada metodologia. Uma escolha equivocada poderia comprometer seriamente toda pesquisa. Assim, é válido procurar entender melhor o que vem a ser método e o que o diferencia da técnica. Galliano (1986) já descreveu bem: "método é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim" (GALLIANO, 1986, p. 6). Dessa maneira, método é entendido como uma espécie de planejamento, uma estratégia para alcançar um determinado resultado que pressupõe um ordenamento sequencial, cujas etapas facilitam atingir o objetivo almejado. Já a técnica é o modo de fazer, a tática. Para que esse trabalho, especificamente, atingisse seus objetivos foram adotadas duas técnicas bastante conhecidas: a observação investigativa e a entrevista estruturada.

A primeira escolha é quase óbvia. Essa investigação propõe justamente analisar o comportamento discriminatório e violento de alguns alunos dentro da escola. Portanto, nada como a observação direta para captar esses momentos em que os citados comportamentos se reproduzem, sem a mediação de uma testemunha. É isso que distingue a observação investigativa de uma observação participativa. Essa última seria ineficiente para essa pesquisa, pois nela o pesquisador interfere e se posiciona dentro do cenário que está observando. Os autores Quivy e Campenhoudt (2003, p. 264) já ressaltaram que a observação investigativa é própria para uma análise de comportamentos espontâneos onde se procura perceber também os códigos não verbais e o que eles revelam. A grande vantagem é que a autenticidade do acontecimento gera uma melhor apreensão do comportamento.

Para preencher as possíveis lacunas que uma única observação possa gerar, faz-se necessária uma segunda técnica para coletar informações. Para fins dessa pesquisa a mais conveniente foi a entrevista estruturada – uma série de perguntas pré-elaboradas pela entrevistadora seguindo uma linha de raciocínio em que o

entrevistado foi guiado por quem o entrevistou. Isso não ocorre em uma entrevista livre, em que cada resposta do entrevistado vai gerando a próxima pergunta e tanto ele como o entrevistador podem guiar a entrevista. Gil (1999) caracterizou as mesmas como entrevista informal e formal. Ele também ressaltou que a entrevista não é apenas uma conversa, mas sim uma conversa orientada para um objetivo definido.

Definida a metodologia, o próximo passo foi definir o local. Para obter um resultado mais abrangente, faz-se necessário trabalhar tanto com os alunos como também com os profissionais da educação de segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tanto em escolas públicas quanto particulares. Ora, a observação e a entrevista visam identificar e avaliar o comportamento dos alunos, e faz-se necessário verificá-lo nesses três estágios da Educação, buscando possíveis ações discriminatórias e tentando estabelecer em que momento da vida estudantil o aluno se torna um *bully* – seja ou não levado por preconceito – e qual a reação dos professores e outros membros da comunidade escolar diante disso. Escolhi, pois, duas escolas nas quais já atuei: uma particular de Educação Infantil e Ensino Fundamental (séries iniciais) e outra pública de Ensino Fundamental (séries finais) e Médio. Com essas duas escolas foi possível abranger toda a Educação Básica. Além disso, considerei importante observar não apenas escolas públicas e de ensino médio, uma vez que o preconceito está presente também nas escolas particulares e entre as crianças. Nesse trabalho irei me referir a essas escolas como “Escola Particular” e “Escola Pública”, respectivamente.

O primeiro momento foi, pois, o da observação. Tendo um caráter exploratório, a observação consistiu em assistir uma aula de cada segmento mais o horário do intervalo das crianças e dos jovens nas duas escolas, seguindo um roteiro pré-estabelecido (vide Apêndices). Convém ressaltar que não se tratou de uma observação participante, mas sim, de uma mera observação investigativa e que o uso de imagens (fotos, filmagens, entre outros) não foi necessário.

O segundo momento consistiu na entrevista com os principais membros da comunidade escolar – professores, coordenadores, pais e alunos. Foi uma entrevista semiestruturada, com perguntas bem objetivas (vide Apêndices), mas suficiente para levá-los a refletir sobre o que é o *bullying* e quais ações eles julgariam eficientes

para erradicar o preconceito das escolas. Procurou-se entrevistar pelo menos um (a) professor (a), um (a) coordenador (a), um pai ou uma mãe de aluno e um ou dois alunos para cada segmento. Para que nenhuma informação se perdesse, as entrevistas foram gravadas com a permissão de todos os entrevistados. Ressalta-se que essa entrevista era de caráter exploratório e não de coleta de dados estatísticos para análise.

Baseado no resultado desses dois momentos e na pesquisa bibliográfica previamente feita e que auxiliou na construção dos instrumentos cheguei à conclusão da pesquisa.

3.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

3.1.1 A Observação

Esse primeiro momento consistiu em assistir uma aula de cada segmento da Educação Básica, totalizando três aulas, e os horários do intervalo, também com cada segmento. Na Educação Infantil assisti a uma aula da Creche II, com crianças de três anos. As crianças não se mostraram intimidadas com a minha presença e fizeram suas atividades normalmente. Durante essa observação em questão na Escola Particular não ocorreu nenhum conflito gerado por preconceito. As adversidades geradas foram as comuns da idade – as meninas gostam de brincar com as meninas e os meninos gostam de brincar com os meninos. Mesmo assim, as dezoito crianças presentes na sala (duas não compareceram esse dia) possuem uma relação bastante amigável, o que foi confirmado pela professora e as duas monitoras assistentes. Isso também pôde ser comprovado pela observação durante o intervalo, quando as crianças vão para o parquinho. Lá elas se misturam com crianças de outras turmas – todas da mesma idade – e todas brincam bem juntas, sem grandes conflitos. Durante todo o tempo de recreio no parquinho as crianças são assistidas pelas duas monitoras de cada turma. Caso uma delas se machuque, uma monitora encaminha a criança para a enfermaria enquanto a outra continua monitorando o restante da turma. Percebi que as crianças reconhecem e, de um modo geral, obedecem às regras de boa convivência impostas para brincar no parquinho.

Já no Ensino Fundamental, assisti a uma aula da primeira série, com crianças de seis anos. As crianças também ficaram a vontade com a minha presença. Nessa sala, já se percebeu a presença da chamada “panelinha” – as crianças se subdividem em grupos de acordo com a afinidade. Ao mesmo tempo, dentro da sala de aula eu não percebi nenhuma exclusão, mas no parquinho, durante o intervalo, sim. Um dos alunos que era mais tímido e retraído ficou o tempo todo do intervalo ao lado da monitora assistente. Ela confirmou que ele não gostava de se socializar com as outras crianças, mas também nunca foi encaminhado pela professora para o Serviço de Orientação Educacional (SOE). Para as outras crianças era como se aquele menino não existisse. Talvez até para a própria professora. Sentado no cantinho junto à monitora ele era praticamente invisível. Ninguém implicava e nem brincava com ele. Não era, pois, um caso de *bullying* já que era a própria criança quem se excluía do grupo. Contudo, a professora poderia tomar alguma atitude a respeito. Tentou-se conversar com o aluno, mas ele era tímido demais até para responder. Pensou-se em intervir e solicitar que uma das crianças o chamasse para brincar. Entretanto, recordou-se que estava na postura de uma observadora passiva.

No Ensino Médio, assistiu-se a uma aula do primeiro ano, a uma aula de Português, com adolescentes de quatorze a dezesseis anos. Na sala os alunos já reparam com curiosidade a minha presença e eu percebo muita hostilidade entre eles. Eles se dão apelidos ofensivos e não obedecem à professora quando ela pede que parem com isso. Uma menina chegou a ficar agressiva quando um dos alunos se referia a ela como “baleia”. Ela levantou a mão como se fosse bater no menino, a professora olhava e ela recuava. A garota chegou a jogar uma borracha nele, mas ele nem ligava – só ficava rindo. Portanto, há sim a presença de *bullies* e alunos discriminados. Quando a aula terminou questionei a professora sobre o comportamento de alguns alunos. Ela respondeu que encaminhar os alunos para a direção não adianta muito porque a advertência está totalmente banalizada. Além disso, muitos alunos têm medo de denunciar quem os está agredindo verbalmente porque eles podem sofrer retaliação “lá fora”. Outra situação evidente de *bullying*. Na hora do intervalo, todos os alunos da escola estão juntos, mas divididos em suas “tribos”: os roqueiros, os evangélicos, os *nerds*, os esportistas na quadra, cada um em seu grupo. Percebi poucos conflitos diretos, porém há uma evidente tensão entre os grupos, uma hostilidade latente.

3.1.2 A Entrevista

Esse segundo momento consistiu-se nas entrevistas semiestruturadas. Isso quer dizer que as perguntas já haviam sido elaboradas previamente, mas as respostas dos entrevistados poderiam levar a outros questionamentos. Isso ocorreu na entrevista que fiz à professora da Creche III. Como era jovem, ela relatou que nunca presenciou uma ocorrência de *bullying* ou discriminação em sua sala de aula. Isso gerou outros questionamentos não previstos no roteiro. De um modo geral, todos foram bastante receptivos e colaboraram bem com a entrevista. Ninguém se opôs à gravação da entrevista e todos assinaram um termo de livre consentimento. Eu entrevistei duas professoras, uma coordenadora, uma mãe de aluno e um aluno do Ensino Médio. Uma das professoras era da Educação Infantil, nível Creche III. A outra era do Ensino Fundamental, da primeira série. Ambas trabalham na “Escola Particular”. A coordenadora e a mãe que entrevistei também eram de lá. Na “Escola Pública” entrevistei um aluno do segundo ano no nível médio, totalizando as cinco entrevistas.

A primeira entrevista foi à professora da 1ª série do Ensino Fundamental. Jovem, ela está desde 2006 no campo da educação. Na entrevista, afirmou que já presenciou ocorrência de *bullying* em sua sala de aula e que ficou receosa de tomar alguma atitude na hora e acabar fazendo que a situação tomasse proporções ainda maiores. Ela alegou que trabalha muito com as crianças a questão do respeito às diferenças e que as instituições não preparam os profissionais para lidar com esses conflitos. Sugeri que as instituições fornecessem cursos preparatórios ou indicassem leituras para os profissionais se instruírem e tirarem suas dúvidas sobre situações das quais não possuem experiência ainda. Sobre as datas comemorativas – Dia do Índio, Dia da Consciência Negra, entre outros – ela pontuou:

Na verdade elas reforçam um pouco as diferenças, né? É a visão que eu tenho. Mas, nunca... é... questioneei, porque, por exemplo, o dia da Consciência Negra, ele é internacional, não é? Dia do Índio... se não me engano ele é nacional ou talvez seja internacional, não sei. Mas querendo ou não reforça um pouco dessas diferenças e hoje nós somos um mundo muito miscigenado, né? A globalização proporciona isso. No Brasil, a gente tem gente de toda a nacionalidade; tem chegado muito chinês, por exemplo. Entendeu? Então eu acho que separar é um pouco de excluir. Mas ao mesmo tempo, por exemplo, os índios. Eles foram muito excluídos por muito

tempo, foram dizimados, foram, né, mortos e tudo. Então, querendo ou não, é um jeito de trazer essa memória pras crianças que não tiveram contato, que não conhecem. Porém, é um jeito de separar. É um pouco separatista isso, né, é um pouco exclusivo. (trecho da entrevista feita à professora da Escola Particular, 1ª série do nível Fundamental, 2013)

Ela acrescenta ainda que se essas ocasiões não forem trabalhadas da forma correta podem gerar mais exclusão, pois “é da natureza do ser humano discriminar; nós, por natureza, discriminamos”. A entrevistada colocou ainda que na faixa etária que ela trabalha, ou seja, Educação Infantil e séries iniciais, o professor deve tratar desse tema – diversidade – quando surge alguma situação. “Às vezes você vai levar aquela criança a pensar coisas que a família não quer”, afirmou a professora, referindo-se à cartilha que compunha o “kit anti-homofobia” proposto pelo MEC. Concluindo, ela colocou que uma possível solução é trabalhar sempre a questão do respeito e da diferença – não classificar ninguém como melhor ou pior, não se referir a um deficiente físico, por exemplo, como “coitadinho”.

A segunda entrevistada foi a professora do nível Creche III, uma senhorita que em oito anos atuando na área da educação nunca presenciou uma cena de *bullying*. “Desde então que eu comecei, eu só tenho dado aula em cursinho e agora com a Educação Infantil em que a gente não tem esses casos de *bullying*”. No entanto ela acredita que, embora existam muitos casos, há também uma banalização do que é realmente o *bullying*:

(...) tem um lado também de tudo ser *bullying*. Os pais pensarem que tudo é *bullying* e às vezes é uma besteira e as crianças já começam a vir pra escola fantasiando esse tipo de coisa e qualquer coisa é *bullying*. (trecho da entrevista feita à professora da Escola Particular, nível Creche III, 2013).

Ela colocou também que, “graças a Deus”, nunca presenciou nenhuma ocorrência de preconceito ou discriminação e que acredita ser muito importante trabalhar as datas comemorativas como o Dia do Índio e o Dia da Consciência Negra com as crianças e desde cedo:

(...) desde bem pequenininho, (...) porque às vezes até mesmo os pais são meio preconceituosos, já têm essa concepção e acabam enfiando isso na cabeça da criança. Eu acho que é dever da escola ensinar e passar sobre esse tipo de coisa pra criança já ter uma visão diferente do que às vezes ela já traz de casa. (trecho da entrevista feita à professora da Escola Particular, nível Creche III, 2013).

De fato, essa professora foi a única a levantar a questão da educação dada pela família no que diz respeito ao preconceito e à discriminação. Pais preconceituosos certamente criarão filhos igualmente preconceituosos. Estarão os profissionais da educação preparados para transformar essas ideias incutidas na cabeça de seus alunos desde a tenra infância e por sua própria família? A entrevistada pontua que é muito difícil se preparar para lidar com isso. “Só na convivência mesmo”, afirma.

Em seguida entrevistou-se a coordenadora pedagógica da Escola Particular que está há quatorze anos na área da educação. Ela acredita que *bullying* seja sinônimo de exclusão e, portanto, a melhor maneira de lidar com a questão é fazer um trabalho com o grupo de alunos, ou seja, toda a turma do aluno que está sendo excluído, além de orientar a professora:

Como tratar o colega, como queremos ser tratados, quais os nossos direitos, quais os nossos deveres; trabalhar responsabilidade social e cidadania com essas crianças, através de projetos, através de diálogos. O ideal pra gente evitar o *bullying* na escola, eu acredito que seja trabalhar preventivamente, trabalhar com temas que promovam a inclusão das crianças. (trecho da entrevista feita à coordenadora da Escola Particular, 2013).

Ela colocou também que já foi chamada por professores para intervir em uma situação de *bullying*. Assim, ao mesmo tempo em que tenta prevenir, trabalhando com a escola como um todo, também precisa realizar ações específicas para um determinado grupo quando a questão surge. Ela garante que, embora o tema *bullying* não tenha sido trabalhado na semana pedagógica, a coordenação sempre trabalha muito a questão dos valores da escola. “Eu acredito que o trabalho com esses valores – solidariedade, respeito e dentre outros – eles inibem a prática do

bullying dentro da escola”. A entrevistada acredita que as datas comemorativas relacionadas à diversidade só ajudariam a minimizar a discriminação se fossem bem trabalhadas em sala de aula e com crianças maiores:

Mas se você simplesmente fizer: ‘ah, hoje é o Dia da Consciência Negra, vamos fazer um desenho, ou vamos colorir uma ficha (...) e colar na porta da sala’, isso eu acho que não contribui em nada. (trecho da entrevista feita à coordenadora da Escola Particular, 2013).

Ela afirma que, muitas vezes, os professores não têm conhecimento das políticas públicas que orientam o trabalho sobre a diversidade dentro das escolas. Para finalizar, ela apontou a implementação de projetos e práticas pedagógicas para trabalhar com as crianças preventivamente como a melhor forma de solucionar esse problema. Como diz o velho ditado: “É melhor prevenir que remediar”.

A penúltima entrevista foi à mãe de dois alunos da Escola Particular, um de nove anos e outro de três. Ela acredita que *bullying* seja, antes de tudo, um preconceito: “Quando a criança não aprova o jeito que é a outra e acaba isolando a criança de lado”. Ela afirmou que uma criança pode ser levada a atos discriminatórios por padrões impostos tanto pela família como pela mídia. Essa foi uma colocação verdadeiramente interessante – a mídia também incute certos padrões às crianças do que seria considerado certo, melhor ou mais bonito e muitas vezes nem os próprios pais sabem que tipo de padrões seus filhos estão assimilando através da mídia. Essa mãe relatou inclusive uma situação em que seu filho e três amigos chutaram um menino menor, debaixo do prédio onde moram, porque ele não queria participar de uma brincadeira. A mãe do menino que foi agredido foi conversar com ela e com as mães de todas as outras crianças envolvidas. A entrevistada disse que a atitude dessa mãe foi muito boa porque os meninos que cometeram a agressão não contaram nada para ninguém. Logo, a única forma da ação ser descoberta era através do relato do agredido. A atitude tomada por ela, após saber o que seu filho havia feito, foi o diálogo: explicar para seu filho porque aquilo foi errado. Ela não acredita que chegaria a buscar a ajuda de um profissional – um psicólogo, por exemplo – para ajudar seu filho se esse

estivesse cometendo *bullying*, e garante que conversa muito com eles sobre as diferenças de raça, religião, aparência física, entre outros. “Somos todos iguais por dentro”, diz. A entrevistada também colocou que quando jovem sofreu com preconceito e discriminação por ser “gordinha”. Mesmo assim, ela nunca parou para pensar qual seria a maneira mais eficaz para erradicar esse problema.

Por fim, a última entrevista foi feita a um aluno da Escola Pública que estuda no segundo ano do Ensino Médio. Trata-se de um aluno que é assumidamente homossexual. Ele expressou a opinião que de um modo geral todos os alunos procuram manter uma relação harmoniosa uns com os outros e afirma que nunca foi vítima de *bullying* ou de preconceito dentro da escola. Entretanto, ele coloca que já presenciou situações assim. Quando perguntado qual solução ele apontaria para essa problemática ele respondeu “que cada um deveria pensar que podia ser com ele”. O aluno apontou ainda que as datas comemorativas relacionadas com a diversidade contribuem muito para diminuir o preconceito e que os professores podem ajudar muito a minimizar o problema trabalhando esses temas em sala de aula. A aplicação dessas técnicas foi bastante útil e proveitosa para os fins desta pesquisa e geraram resultados a serem discutidos a seguir.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE RESULTADOS

Os dados coletados mostram claramente que todos têm consciência da ocorrência de *bullying* e discriminação dentro da escola. Todavia, há divergências de conceitos. De um modo geral, nem os pais e nem os profissionais da educação conseguem definir quando uma determinada atitude ultrapassa a linha tênue entre uma brincadeira e o *bullying*. Como colocado pela professora da Creche III, hoje em dia tudo é *bullying*. Entretanto, é mais justo classificar todas as “brincadeirinhas de mau gosto” como *bullying* do que como besteiras, coisas de crianças. O problema reside justamente aí – na subestimação dos efeitos que essas “besteiras” podem deixar nos agredidos, verbal ou fisicamente. Sendo assim, o despreparo dos adultos para lidar com essa situação é evidente. Por mais que o assunto seja amplamente divulgado e conhecido, falta um estudo aprofundado sobre a questão, até mesmo para criticar atentamente as informações que estão sendo passadas, seja pela mídia ou dentro do próprio ambiente educacional. Essa era da comunicação em que estamos vivendo traz muitas vantagens, de fato. Contudo, é inegável que também auxilia na propagação de informações falsas. Um profissional da educação não pode se deixar levar por elas; os pais e/ou responsáveis pela educação de uma criança também não. Há que se buscar o verdadeiro conhecimento, porém, poucos possuem tempo (ou mesmo interesse) para fazer isso – apesar de reconhecerem a importância e a seriedade do problema.

Pôde-se observar também que as ocorrências de *bullying* são mais frequentes entre as crianças maiores. Isso pode ser indício de que a primeira professora entrevistada estava equivocada ao afirmar que “é da natureza do ser humano discriminar”. As crianças pequenas, de um modo geral, não discriminam. A professora do nível Creche III relatou que nessa idade, pelo menos naquela escola, não há preconceitos entre as crianças. O preconceito, portanto, é adquirido e não inato. O preconceito advém da cultura humana de transformar as diferenças em armas ideológicas para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros. Os adultos transmitem esse pensamento às crianças, que a tudo são atentas, através de suas próprias atitudes – que muitas vezes até podem ser inocentes – ao tratar as pessoas que não são iguais a eles. A mídia também contribui para a disseminação

dessa lógica racista. Para evitar que uma criança adquira essas ideias no atual mundo globalizado seria necessário criá-la em uma bolha. Daí o desafio da sociedade em erradicar não só a discriminação racial como também todo tipo de preconceito.

As informações coletadas evidenciam também que a responsabilidade de reverter os registros de ocorrências de discriminação recai, como sempre, sobre a escola. É a escola que precisa trabalhar preventivamente com os alunos, inculcar neles os valores de respeito à diversidade e, basicamente, solucionar todo o problema. Perguntou-se a todos os entrevistados qual solução eles apontariam para erradicar o *bullying* e o preconceito das escolas e ninguém apontou a implementação de políticas públicas como solução. Ninguém acredita que se trata de um problema de responsabilidade social.

CONCLUSÃO

Após análise de todo o conteúdo exposto pode-se concluir que o objetivo dessa pesquisa – investigar a eficiência das mudanças curriculares acerca da diversidade – foi atingido. Percebeu-se que o êxito das ações afirmativas em relação aos negros para o currículo brasileiro é praticamente nulo. Isso porque muitos professores nem tomaram conhecimento dessas mudanças e dos que as conhecem, poucos sabem como trabalhá-las em sala de aula. Uma das falhas dessas mudanças no currículo é justamente o despreparo do profissional responsável por lidar com elas. Apesar dos fóruns e das conferências realizadas para instruir os profissionais a respeito dessas novidades, não foi suficiente para eles darem a devida importância ao tema. Há quem acredite seja só um tema a mais para engordar o já extenso currículo. De fato, o currículo escolar é tão extenso que o professor precisa selecionar o que ele considera mais essencial, uma vez que tem consciência que em um ano não conseguirá vencer tudo em sua disciplina. Assim, esses temas sobre a diversidade vão ficando de lado. Quando chegam a ser trabalhados é de modo superficial, colorindo um desenho qualquer, como colocou a coordenadora entrevistada.

Essa pesquisa se iniciou com uma pergunta: *O Currículo pode minimizar o bullying e o preconceito nas escolas?* Após essa pesquisa, concluiu-se que não só pode como deve. Entretanto, o currículo por si só não passa de palavras em uma folha de papel. Quem o põe em prática é o profissional da educação que trabalha com ele. Todavia, quem possui voz ativa nas discussões que regem as mudanças curriculares são os políticos, os pesquisadores, os técnicos e os empresários, não o professor. Esse recebe quase tudo decidido “de cima”, pelos outros que, se já estiveram à frente de uma sala de aula, foi há muito tempo, em outra realidade. Em se tratando de um assunto tão delicado como esse, não poderia ser assim. Muitas vezes, é a falta de participação nos debates que leva alguns professores a não darem a devida importância às mudanças. Assim, há professores que não se dispõem a se informar, a renovar seus conhecimentos e suas competências.

O primeiro passo, pois, deveria ser a formação do profissional – obrigatória e essencial. Só para fazer uma comparação, cito uma situação análoga: nos anos 90

adotou-se a injeção eletrônica em todos os veículos. Dessa forma, a indústria automotiva acabou impondo a todos os mecânicos – mesmo os melhores, mais inteligentes e habilidosos – que se “reciclassem” voltando a estudar para aprender como funciona um carro com injeção eletrônica. Os que não aprenderam acabaram perdendo o emprego. E se todas as mudanças curriculares fossem como a mudança da tecnologia de um veículo? E se o professor se visse obrigado a se “reciclar” para continuar trabalhando? Talvez isso não mudasse sua prática pedagógica, mas pelo menos acabaria com o problema da desinformação.

Depois que o profissional estivesse devidamente preparado, aí sim viriam as mudanças, as ações afirmativas e, por fim, as leis. Cabe enfatizar, todavia, que há necessidade de se reestruturar o currículo escolar como um todo. Acrescentar mais temas pode atrapalhar mais do que ajudar. É necessário elencar o que é mais importante para a formação do aluno, não apenas acadêmica, mas também como cidadão consciente e responsável. Por exemplo, será que o aluno do Ensino Médio que quer fazer faculdade de Música precisa aprender logaritmo? É realmente essencial que todo adolescente entre quinze e dezessete anos saiba como funciona o Ciclo de Krebs? Da forma como o currículo se apresenta atualmente, em especial o do nível Médio, o professor não tem tempo disponível para trabalhar os temas relacionados à diversidade, à ética e ao respeito, porque esses assuntos não são requisitos do vestibular. Isso também dificulta sua dedicação em estar atento às ocorrências de preconceito e *bullying* – ocorrências essas que seriam em menor número se o profissional da educação tivesse condições mais favoráveis para executar seu trabalho de forma plena e com qualidade. Dentre essas condições, a questão do currículo é apenas um item a mais dentre os vários pontos que precisam ser melhorados no sistema educacional brasileiro, mas isso é outra discussão.

É preciso enfatizar, enfim, que o professor sozinho não pode assumir o papel de “salvador da pátria”. Ele é um agente que pode colaborar bastante, isso é fato. Entretanto, carregar sozinho esse fardo é absurdo. O problema do preconceito não é um problema da escola somente, mas da sociedade como um todo. Lógico que é dever da escola formar pessoas através da transmissão de conhecimentos, da socialização e construção de valores, mas essa obrigação precisa ser partilhada. Se nem as próprias famílias estão conseguindo educar seus filhos, imagine um

professor com seiscentos alunos diferentes e que além de realizar esse trabalho preventivo de construção de valores, ainda necessita cumprir com seu conteúdo. As ações afirmativas deveriam envolver os meios de comunicação, por exemplo. Como relatado pela mãe entrevistada, as crianças seguem muito os padrões impostos pela mídia, até mais do que os ensinados na escola. Adianta a escola ficar ensinando que somos todos iguais se quando a criança e o adolescente ligam a televisão não veem uma família negra sendo representada numa novela, por exemplo? Adianta pregar que nenhuma raça é inferior quando as propagandas de um determinado desodorante feminino colocam as mulheres brancas jogando tênis, dirigindo carro importado com traje executivo, enquanto as mulheres negras aparecem trabalhando de costureira e andando em pé no ônibus? Sem falar nos padrões de beleza impostos por todos os veículos de comunicação – corpo magro (beirando o esquelético), cabelo comprido e liso, dentes branquíssimos e perfeitamente alinhados. Quem não se encaixa nesses padrões, sempre é discriminado. Imagine como fica, então, a construção da identidade negra (ou indígena, asiática, entre outras) das crianças que só tem bonecas loirinhas para brincar, desenhos de princesas brancas para assistir e sem nenhuma outra referência de beleza? No fim das contas, a escola acaba tendo que competir com esses paradigmas. Chega a ser ingenuidade pensar que, em meio a essa competição injusta, a escola pode ensinar exitosamente sobre a diversidade e o respeito às diferenças. Não existe currículo escolar, política pública, ação afirmativa ou lei punitiva que minimize as ocorrências de todo e qualquer tipo de preconceito enquanto todos os meios formadores de opinião não atuarem em uníssono.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. ***Ideologia e currículo***. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BRASIL. ***Constituição***, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm> Acesso em: 04 de abril, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ***Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]***, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CHAUÍ, Marilena de Souza. ***Convite à Filosofia***. São Paulo: Ática, 1998.

GALLIANO, A. Guilherme. ***O método científico: teoria e prática***. Harbra, 1986.

GIL, Antonio Carlos. ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. ***Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo***. MEC, Brasília, DF, 2007.

LIMA, Elvira Souza. ***Indagações sobre currículo: Currículo e Desenvolvimento Humano***. MEC, Brasília, DF, 2007.

MALTA, Deborah Carvalho et al. ***Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)***, 2009.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: Um Balanço das Teorias*. In: THEODORO, Mário (Org.). ***As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a abolição***. Brasília: Ipea, 2008. P. 69-95.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, LucVan. ***Manual de Investigação em Ciências Sociais***. 3ª edição, Lisboa: Gradiva, 2003.

APÊNDICE 1

ROTEIRO PARA AS OBSERVAÇÕES:

O presente roteiro compõe uma espécie de mapa para estabelecer quais fenômenos merecerão registro para análise da situação problema. Os registros serão feitos após a observação pessoal, para evitar possíveis constrangimentos dos profissionais envolvidos. Por essa mesma razão, registros iconográficos (filmagens, fotografias, etc.) não comporão essas observações uma vez que podem afetar o comportamento usual daqueles a serem observados comprometendo assim o resultado final da análise.

▪ Na sala de aula

- ◇ É possível classificar o relacionamento professor-alunos como:
() ótimo () bom () regular () ruim
- ◇ É possível classificar o relacionamento aluno-aluno como:
() ótimo () bom () regular () ruim
- ◇ Observou-se se há algum tipo de conflito na sala de aula?
() sim () não
- ◇ Se sim, qual a natureza desse conflito? _____
- ◇ O (A) professor (a) parece estar ciente desse conflito?
() sim () não
- ◇ O (A) professor (a) procura solucionar o conflito?
() sim () não
- ◇ Se sim, de que maneira? _____
- ◇ Os alunos se mostram satisfeitos com a solução do conflito?
() sim () não
- ◇ Durante a observação, ocorreu algum fenômeno inesperado?
() sim () não
- ◇ Se sim, qual? _____

▪ No intervalo:

- ◇ Assinale quais das situações abaixo puderam ser observadas:

- () os alunos se subdividiram em grupos de acordo com a turma.
 - () os alunos se misturaram com outras turmas mas se subdividiram em grupos de acordo com o gênero.
 - () os alunos se subdividiram em grupos – ainda que misturados com alunos de outras turmas – de acordo com a raça.
 - () os alunos se subdividiram em grupos – ainda que misturados com alunos de outras turmas – de acordo com a religião.
 - () os alunos se subdividiram em grupos – ainda que misturados com alunos de outras turmas – de acordo com a classe social.
 - () os subgrupos são formados por mera afinidade.
 - () pode-se observar a presença de um líder em cada grupo.
 - () a relação dentro dos grupos é harmoniosa.
 - () não há conflitos entre os grupos.
 - () observou-se a presença de pelo menos um *bully* entre os alunos.
 - () observou-se conflitos de natureza racial entre membros dos subgrupos.
 - () observou-se conflitos de outras naturezas mas que envolviam algum tipo de preconceito.
 - () existe um profissional monitorando o intervalo.
 - () a presença do monitor, quando existente, é eficiente para frear possíveis conflitos.
 - () o monitor intervém quando há conflitos entre os alunos.
- ◇ Se aplicável, registre a seguir quais intervenções foram feitas para solucionar conflitos: _____
- _____
- _____.
- ◇ Os alunos se mostram satisfeitos com a solução do conflito?
- () sim () não
- ◇ Durante a observação, ocorreu algum fenômeno inesperado?
- () sim () não
- ◇ Se sim, qual? _____

APÊNDICE 2

QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS:

As questões a seguir estão divididas de acordo com as categorias a serem entrevistadas: a) professores, b) coordenadores, c) alunos e d) pais. As perguntas apresentadas abaixo são apenas um roteiro, um guia para obter as informações necessárias. Outras questões deverão surgir naturalmente, uma vez que essa entrevista deverá ter um tom de conversa.

➤ Plano para a entrevista aos professores:

- ◇ Há quanto tempo você atua na área da educação?
- ◇ Como profissional da educação, o que você entende por *bullying*?
- ◇ Você já presenciou alguma ocorrência de *bullying* em sua sala de aula?
- ◇ Já presenciou alguma ocorrência de racismo, homofobia ou outro tipo de discriminação entre os alunos?
- ◇ Como lidou com a situação?
- ◇ Que instrumentos você acha que o professor precisa ter para melhor lidar com esses problemas?
- ◇ Você acredita que comemorações como “O Dia do Índio” e “O Dia da Consciência Negra” ajudam a combater o preconceito?
- ◇ Você acredita que uma ou várias aulas sobre diversidade cultural, como propõe o atual currículo, é suficiente para erradicar o problema? Justifique.
- ◇ Que outras soluções, em sua opinião, seriam mais eficazes?

➤ Plano para a entrevista aos coordenadores:

- ◇ Há quanto tempo você atua na área da educação?
- ◇ Como profissional da educação, o que você entende por *bullying*?
- ◇ Você já foi chamado por algum professor para solucionar um caso de *bullying* ou de discriminação entre os alunos?

- ◇ Caso a resposta tenha sido afirmativa, o que fez para solucionar ou amenizar o problema?
- ◇ Você acredita que os professores estão cientes da gravidade desse problema?
- ◇ Houve em algum momento, seja em uma coordenação coletiva ou outro tipo de reunião, um espaço para se debater esse problema?
- ◇ Você considera importante ter esse tipo de debate na escola?
- ◇ Acredita que um trabalho de conscientização é suficiente para erradicar esse problema?
- ◇ Acredita que as atuais propostas curriculares que incluem temas como a diversidade cultural são eficientes para acabar com o preconceito?
- ◇ Você acredita que comemorações como “O Dia do Índio” e “O Dia da Consciência Negra” ajudam a combater o preconceito?
- ◇ Que outras maneiras poderiam ser implantadas para solucionar essa questão?

➤ Plano para a entrevista aos alunos:

Aqui se faz necessário primar que os alunos entrevistados serão de diversas faixas etárias, de cinco a dezoito anos. As questões a seguir representam a maneira que as perguntas serão perguntadas aos alunos adolescentes. As perguntas serão basicamente as mesmas para todos, porém algumas adaptações serão necessárias para entrevistar as crianças.

- Como você se relaciona com os outros alunos dessa escola?
- Acredita que todos os alunos têm interesse em manter uma relação harmoniosa uns com os outros?
- Alguma vez você já foi vítima de *bullying* ou de preconceito dentro da escola?
- Se sim, quantos anos você tinha quando aconteceu?
- Poderia descrever a experiência?
- Você procurou a ajuda de algum profissional?
- Conseguiram solucionar sua situação?

- Você acha que já cometeu uma ação discriminatória contra um colega por conta de sua raça, classe social, aparência ou outro motivo qualquer?
- Como se sentiu a respeito?
- Acha que existe alguma forma de prevenir esse tipo de atitude?
- Você acredita que comemorações como “O Dia do Índio” e “O Dia da Consciência Negra” ajudam a combater o preconceito?
- Acha que pode contar com a ajuda dos professores, coordenadores ou orientadores educacionais?
- O que você acha que os professores poderiam fazer para enfrentar esse problema?

➤ Plano para a entrevista aos pais:

- ◇ O que você entende por *bullying*?
- ◇ O que você acha que leva uma criança ou adolescente a cometer atitudes discriminatórias e preconceituosas?
- ◇ Você acredita que saberia identificar se seu filho está sendo vítima de *bullying*?
- ◇ Qual seria sua reação se descobrisse que seu filho está cometendo *bullying*?
- ◇ Você buscaria ajuda profissional?
- ◇ Alguma vez você já conversou com seu filho sobre respeitar as diferenças seja de raça, classe social ou orientação sexual?
- ◇ Você acredita que comemorações como “O Dia do Índio” e “O Dia da Consciência Negra” ajudam a combater o preconceito?
- ◇ Acredita que exista alguma forma eficiente de erradicar o *bullying* e as discriminações da escola e da sociedade como um todo?